

**AS PREOCUPAÇÕES “SOCIAIS” DE BAGÃO FÉLIX****BAGÃO FÉLIX ANUNCIOU REDUÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS QUE BENEFICIAM TRABALHADORES MAS NÃO FEZ EM RELAÇÃO AOS QUE BENEFICIAM AS EMPRESAS E QUE DETERMINAM MAIOR PERDA DE RECEITA PARA O ESTADO**

Neste pequeno estudo de investigação, utilizando dados oficiais, prova-se o seguinte:

1- A receita fiscal perdida pelo Estado no período compreendido entre 2000-2004, devido aos benefícios fiscais concedidos, que se encontra contabilizada no Relatório do Orçamento do Estado para 2004, somou 5.113,5 milhões de euros.

2- No entanto, estes valores de receita perdida estão muito abaixo dos reais porque existe muitos benefícios fiscais, nomeadamente concedido às empresas, cuja receita perdida pelo Estado não se encontra contabilizada naqueles números como se confessa mesmo na pág. 67 do Relatório do Orçamento do Estado de 2004.

3- Utilizando dados publicados pelo Ministério das Finanças (Direcção Geral dos Impostos) estimamos que a nível do IRC a receita fiscal perdida pelo Estado devido a benefícios concedidos às empresas que não se encontram incluídos no total de despesa fiscal constante do Relatório do OE para 2004 atingiu, só no período 2000-2002, cerca de 5.725 milhões de euros quando os contabilizados no Relatório somam apenas 651 milhões de euros.

4- Assim os benefícios fiscais que Bagão Félix pretende reduzir para implementar uma “maior justifica social” (diz ele), que os media têm mais falado, e que se referem aos PPR, CPH e PPA que, por incidirem sobre os IRS beneficiam alguns segmentos de trabalhadores, representam apenas 27,9% da receita fiscal perdida que se encontra contabilizada no Relatório do OE para 2004, e cerca de 9,9% se incluirmos os benefícios a nível do IRC que não se encontram contabilizados nos valores constantes daquele Relatório. Portanto, os benefícios que Bagão Félix pretende reduzir têm um peso diminuto sendo por isso os seus efeitos também muito reduzidos. É apenas uma árvore de uma floresta que o ministro parece não querer ver.

5- As empresas que apresentam prejuízos são duplamente beneficiadas de acordo com a lei fiscal actualmente em vigor, lei essa que Bagão Félix não pretende alterar. E são beneficiadas nos anos em que apresentam prejuízos pois não pagam impostos, e são beneficiadas também nos seis anos seguintes porque podem deduzir os prejuízos acumulados nos anos anteriores nos lucros eventualmente obtidos durante seis anos continuando, desta forma, a não ter de pagar IRC. O caso mais falado foi o da PT que teve elevados prejuízos no Brasil e que não pagará impostos ao Estado pelo facto de os poder deduzir nos seus lucros em Portugal.

6- De acordo com estimativas que realizamos com base em dados publicados pela Direcção Geral dos Impostos do Ministério das Finanças concluímos que, só no período 2000-2002, os prejuízos deduzidos nos lucros deste período mais os prejuízos registados neste período que serão deduzidos nos lucros dos anos seguintes determinará uma perda de receita fiscal para o Estado que avaliamos em 12.280 milhões de euros (2.462 milhões de contos).

7- A taxa efectiva de IRC paga pelas empresas corresponde apenas a 66% da taxa legal. Em 2002, por exemplo, foi apenas 19% quando a taxa legal era 30%. O governo PSD/PP reduziu a taxa legal de IRC de 30% para 25% a vigorar em 2005 embora aplicada já aos lucros de 2004, o que determinará, por um lado, a redução da taxa efectiva para cerca de 14% se se mantiverem os mesmos benefícios e privilégios fiscais para as empresas e, por outro lado, uma perda de receita para o Estado, já em 2005, superior a 600 milhões de euros, como o próprio ministro das Finanças reconheceu perante as câmaras de TV.

8- A evasão, a fraude e a fuga ao pagamento de contribuições e descontos à Segurança Social aumentaram enquanto Bagão Félix foi ministro da Segurança Social, apesar de ter prometido quando tomou posse, à semelhança do que sucede actualmente, que iria combater com firmeza a evasão e a fraude. Assim, no período 2002-2003 a Segurança Social perdeu receitas avaliadas em 4.538,3 milhões de euros (1,7% do PIB), enquanto nos dois anos anteriores tinha perdido receitas avaliadas em 3,274,5 milhões de euros (1,4% do PIB), ou seja, com Bagão Félix a evasão e a fraude cresceu em cerca de 38,5% (mais 1.263,8 milhões de euros) em apenas dois anos. Os comentários são desnecessários.

O ministro Bagão Félix tem sempre a preocupação de vender medidas, muitas delas gravosas para os trabalhadores, embrulhadas em preocupações sociais para assim as fazer passar melhor aos olhos da opinião pública.. Foi assim com o Código do Trabalho, e está a ser agora com a política fiscal.

Em relação ao Código do Trabalho, interessar recordar que um dos argumentos mais utilizado por Bagão Félix para o defender foi precisamente a elevada taxa de absentismo em Portugal que seria, segundo ele, a mais elevada de toda a União Europeia. Por exemplo, no Expresso” de 14 de Setembro de 2002, na coluna “ALTOS & BAIXOS, o semanário escreveu o seguinte:- “ Bagão Félix. Eis um ministro que não foge a dar a cara pelas suas políticas, aposta no esclarecimento e apresenta trabalho como poucos. Esta semana, lembrou que meio milhão de portugueses não trabalham diariamente por faltas injustificadas ou baixas”, o que corresponde a 14% dos trabalhadores por conta de outrem.

Dados da OCDE, divulgados pela comunicação social portuguesa (Publico de 17.09 e Expresso de 18.9.2004, por ex.) relativos à taxa de absentismo verificada nos diferentes países da União Europeia, revelam que, ao contrário daquilo que Bagão Félix repetidamente afirmou, a taxa de absentismo em Portugal é das mais baixas em toda a Europa Comunitária, atingindo apenas 8,4% no nosso País quando a média na União Europeia ronda os 14,5%.

Mas a utilização da mentira como instrumento político para manipular a opinião pública não ficou por aqui.

Assim, Bagão Félix afirmou aos órgãos de comunicação social (vejam-se, por ex., as suas declarações à SIC no 1º Telejornal de 12 de Novembro de 2002) que “parte do dinheiro que for poupado com baixas fraudulentas será utilizado para financiar creches”. E isto apesar de não ser legalmente possível, já que a lei de bases da segurança social não permite que as receitas do regime contributivo (as que são aplicadas no pagamento do subsidio de doença) possam financiar despesas dos regimes não contributivos (as com creches), como afirmava Bagão Félix.

### A JUSTIÇA FISCAL DE BAGÃO FÉLIX

Ao transitar do Ministério do Trabalho para o Ministério das Finanças, Bagão Félix não esqueceu as suas “preocupações sociais” e a sua veia em tomar o papel “defensor dos portugueses mais desfavorecidos”.

E aqui o argumento já não podia ser o absentismo dos trabalhadores, tendo passado a ser os benefícios fiscais, mas apenas aqueles que beneficiam alguns segmentos de trabalhadores (PPR, CPH e PPA). E isto como se não existissem mais nenhuns benefícios e como se aqueles fossem os que determinam maior perda de receita para o Estado.

O quadro seguinte construído com dados oficiais publicados no Relatório do Orçamento do Estado para 2004 dá uma ideia (e dizemos dá uma ideia, porque a realidade é muito mais grave neste campo como se mostrará) do volume de receita que o Estado perdeu devido a benefícios fiscais concedidos apenas nos últimos 5 anos.

QUADRO I – RECEITA FISCAL PERDIDA DEVIDO BENEFICIOS FISCAIS CONCEDIDOS

RUBRICAS	MILHÕES DE EUROS DE RECEITAS FISCAIS NÃO COBRADAS					
	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAL
IRS	405,3	464,4	484,4	518,6	571,5	2444,2
IRC	173	199	279	190	162	1003
IVA	66,3	66,9	72,8	82	89	377
ISP	157	155,2	190,3	182,4	188,6	873,5
IA	76,8	119,5	83,1	68,1	68,4	415,9
<b>TOTAL</b>	<b>878,4</b>	<b>1005</b>	<b>1109,6</b>	<b>1041,1</b>	<b>1079,5</b>	<b>5113,6</b>

FONTE: Relatório do Orçamento de Estado 2004 – Ministério das Finanças

Portanto, entre 2000 e 2004, os benefícios fiscais concedidos pelo governo determinaram uma perda de receita fiscal avaliada em mais 5.100 milhões de euros (mais de 1.000 milhões de contos), como provam os dados do quadro anterior

Mas não se pense que estes valores incluem a totalidade dos benefícios fiscais concedidos pelo Estado.

Como se confessa na pág. 67 do Relatório do Orçamento de 2004, na determinação do valor dos benefícios fiscais concedidos às empresas ( os no âmbito do IRC, que em 5 anos somaram 1.003 milhões de euros, como mostram também os dados do quadro anterior), “exclui-se a rubrica referente a isenções temporárias (artº 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais)”.

E isto com a estranha desculpa que “em termos rigorosos, não há uma efectiva receita fiscal”, porque “a eliminação do actual regime tributário de que beneficia a zona franca da Madeira não conduziria, certamente, à obtenção dessa receita”. Isto é a confissão oficial de que as empresas que utilizam a zona franca da Madeira, apenas ali estão para fugir ao pagamento de impostos, e quando o não puderem fazer, deixarão de lá estar (o argumento utilizado por Jardim para defender a manutenção da zona franca da Madeira é que ela é indispensável para o desenvolvimento da região).

O quadro seguinte construído com dados divulgados pela Direcção Geral de Impostos, dá uma ideia muito mais verdadeira da receita perdida pelo Estado devido aos benefícios que concede às empresas.

**QUADRO II – RECEITA FISCAL EFECTIVA PERDIDA PELO ESTADO NO ÂMBITO DO IRC**

DESIGNAÇÃO	MILHÕES EUROS			
	2000	2001	2002	TOTAL
1-Lucro Líquido	25.046	17.269	16.063	58.378
<b>2-LUCRO TRIBUTÁVEL</b>	<b>18.517</b>	<b>16.563</b>	<b>15.375</b>	<b>50.455</b>
3-Matéria Colectável (lucro sujeito a imposto)	13.745	12.547	11.561	<b>37.853</b>
<b>4-IRC PAGO</b>	<b>3.514</b>	<b>3.529</b>	<b>3.041</b>	<b>10.084</b>
<b>5-Taxa efectiva sobre Lucro Tributável ( 4: 2)</b>	<b>19,0%</b>	<b>21,3%</b>	<b>19,8%</b>	<b>20,0%</b>
6-Taxa legal de IRC	32,0%	32,0%	30,0%	31,3%
<b>7-IRC QUE DEVEIA SER PAGO (2 x 6)</b>	<b>5.925</b>	<b>5.300</b>	<b>4.613</b>	<b>15.809</b>
<b>8-IRC PERDIDO DEVIDO BENEFICIOS (7-4)</b>	<b>2.411</b>	<b>1.771</b>	<b>1.572</b>	<b>5.725</b>

FONTE: Direcção de Serviço de IRC – Ministério das Finanças

*Para tornar mais facilmente compreensível os dados do quadro anterior, interessa ter presente que eles são obtidos pela Administração Fiscal (Direcção do Serviço de IRC) com base no chamado Modelo 22 que as empresas têm de entregar todos os anos até Maio de cada ano referente aos lucros do ano anterior. Assim, a Matéria Colectável é aquela que efectivamente é sujeita a IRC, e obtém-se do Lucro Tributável, que já é inferior ao Lucro Líquido apresentado pela empresa, deduzindo a este precisamente os prejuízos fiscais registados nos 6 anos anteriores de acordo com o artº 47 do Código do IRC (se os lucros não forem suficientes o que restar passa para o ano seguinte para ser deduzido) e também os benefícios fiscais. Nesse modelo existem seis linhas para os prejuízos (uma para cada ano a que diz respeito – (N-6), (N-5), (N-4), (N-3), (N-2) e (N-1)- e ainda mais uma para de deduzir “Benefícios Fiscais”.*

De acordo com os dados do quadro anterior, em 3 anos apenas - 2000/2002 -, porque os valores de 2003 ainda não foram publicados pelo Ministério das Finanças, o Estado perdeu receitas fiscais apenas no âmbito do IRC que totalizaram 5.725 milhões de euros, enquanto os valores apresentados no Relatório do Orçamento Geral do Estado de 2004, e que constam do quadro I, para o mesmo período, somam apenas 651 milhões de euros referentes ao IRC, ou seja, correspondem apenas a 11,4% da receita fiscal total perdida pelo Estado nesse período no âmbito do IRC.

E note-se que estamos a considerar apenas os lucros declarados pelas empresas, aquele que a Administração Fiscal conhece, porque, como é sabido, a maioria das empresas apenas declaram uma pequena parcela do lucro efectivo.

Assim fica claro que os dados constantes do Relatório do Orçamento do Estado para 2004 não contêm a totalidade de receita perdida pelo Estado devido aos benefícios e outras deduções que concede às empresas.

Outro aspecto importante que os dados do quadro anterior revelam é que a taxa efectiva de IRC pago pelas empresas – 19,8% em 2002 – corresponde apenas a 66% da taxa legal que era na mesma altura de 30%. Apesar disso, o governo PSD/PP reduziu a taxa legal de IRC de 30% para 25% a vigorar já em 2005, o que determinará, por um lado, a redução da taxa efectiva para cerca de 14% se se mantiverem os mesmos benefícios e privilégios fiscais para as empresas e, por outro lado, no próximo ano, como o próprio ministro das Finanças reconheceu perante as câmaras de TV, uma perda de receita para o Estado avaliada em mais de 600 milhões de euros referente a lucros de 2004, ou seja, um aumento do lucro à disposição dos seus proprietários em 120 milhões de contos à custa da redução das receitas do Estado, o que significa “dar mais a quem já mais tem”, à boa maneira “Bush”.

### OS PPR, PPH E PPA REPRESENTAM APENAS UMA PEQUENA PARCELA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Os benefícios concedidos a nível de PPR (Planos Poupança Reforma) , CPH (Crédito Poupança Habitação ) e PPA (Planos Poupança Acções) por serem concedidos no âmbito do IRS, que incide fundamentalmente sobre os rendimentos dos trabalhadores por conta de outrem, por um lado, são aqueles que ainda beneficiam um segmento de trabalhadores ( os de rendimentos mais elevados, que conseguem poupar, embora o Crédito Poupança Habitação seja utilizado por muitos que desejam adquirir habitação própria ) e, por outro lado, representam uma pequena parcela dos benefícios concedidos. O quadro III que a seguir se apresenta mostra precisamente isso.

**QUADRO III – RECEITA PERDIDA PELO ESTADO COM PPR, PPH E PPA NO TOTAL EM PERCENTAGEM DA RECEITA FISCAL PERDIDA DEVIDO AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS**

RUBRICAS	MILHÕES DE EUROS DE RECEITAS FISCAIS NÃO COBRADAS					
	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAL
<b>RECEITA FISCAL PERDIDA EM TODOS OS IMPOSTOS</b>	<b>878,4</b>	<b>1005</b>	<b>1109,6</b>	<b>1041,1</b>	<b>1079,5</b>	<b>5113,6</b>
<b>RECEITA FISCAL PERDIDA COM PPR, CPH, PPA</b>						
PPR (Poupança Reforma)	109,1	119,4	146,6	153,2	160	688,3
CPH (Crédito Poupança habitação)	133,3	139,3	142,9	148,2	153,7	717,4
PPA (poupança Acções)	4,9	5,2	4,4	3,3	3,3	21,1
<b>SOMA</b>	<b>247,3</b>	<b>263,9</b>	<b>293,9</b>	<b>304,7</b>	<b>317,0</b>	<b>1.426,8</b>
<b>% DA RECEITA TOTAL PERDIDA</b>	<b>28,2%</b>	<b>26,3%</b>	<b>26,5%</b>	<b>29,3%</b>	<b>29,4%</b>	<b>27,9%</b>

Como mostram os dados oficiais constantes do quadro, os benefícios concedidos pelo Estado a nível de PPR's, CPH e PPA's representa apenas 27,9% da perda de receita fiscal total contabilizada devido aos benefícios concedidos pelo Estado.

*No entanto, se somarmos à receita fiscal perdida contabilizada no Relatório do Orçamento de Estado para 2004 referente ao período 2000-2002 que consta do quadro I, mas que retiramos o valor referente a IRC para evitar duplicações, com a do quadro II, grande parte não contabilizada naquele relatório e que totaliza 5.725 milhões de euros, conclui-se que a receita perdida pelo Estado devido aos benefícios referentes a PPR, CPH e PPA representam apenas 9,9% da despesa fiscal total efectiva do Estado que resulta dos benefícios fiscais que concede.*

*O quadro seguinte mostra como se obteve o resultado anterior desagregado por cada um dos anos que constituem o período analisado.*

**QUADRO IV- Calculo da % que despesa fiscal com PPR, CPH e PPQA representa em relação à despesa fiscal efectiva total**

RUBRICAS	2000	2001	2002	TOTAL
IRS	405,3	464,4	484,4	1354,1
IVA	66,3	66,9	72,8	206
ISP	157	155,2	190,3	502,5
IA	76,8	119,5	83,1	279,4
<b>1-Subtotal (Despesa que está no Relatório OE2004)</b>	<b>705,4</b>	<b>806</b>	<b>830,6</b>	<b>2342</b>
<b>2- Total Quadro II (Despesas Fiscal no IRC grande parte não está no Relatório OE2004)</b>	<b>2.411</b>	<b>1.771</b>	<b>1.572</b>	<b>5754</b>
<b>3- TOTAL (1+2)</b>	<b>3.116</b>	<b>2.577</b>	<b>2.403</b>	<b>8096</b>
<b>4-PPP+PCH+PPA (Q. 3)</b>	<b>247,3</b>	<b>263,3</b>	<b>293,8</b>	<b>804,4</b>
<b>% 4/3</b>	<b>7,9%</b>	<b>10,2%</b>	<b>12,2%</b>	<b>9,9%</b>

*Como mostram os dados do quadro anterior a despesa fiscal com PPR, PCH e PPA representa apenas uma pequena percentagem da despesa fiscal efectiva total suportada pelo Estado*

devido aos múltiplos benefícios que concede , pois representou no período analisado apenas 9,9%, enquanto os concedidos às empresas corresponderam a 71% da despesa fiscal.

É evidente o reduzido peso na receita perdida pelo Estado que tem como causa os benefícios que Bagão Félix pretende reduzir e que beneficiam alguns segmentos de trabalhadores, nomeadamente se considerarmos os benefícios que são concedidos às empresas.

### AS EMPRESAS QUE NÃO CUMPREM SÃO DUPLAMENTE BENEFICIADAS

De acordo com o artº 47 do Código do IRC, “os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de ou mais dos seis exercícios posteriores”.

Isto na prática significa o seguinte:- Nos anos em que as empresas têm prejuízos não pagam IRC por terem prejuízos; nos anos em que têm lucros também não pagam IRC porque nesses anos podem deduzir os prejuízos que acumularam nos anos anteriores aos lucros obtidos. Foi com base nesta disposição legal que a PT vai descontar nos lucros obtidos no próximos os elevados prejuízos que teve no Brasil, deixando de pagar IRC nos próximos anos, situação essa que depois de divulgada pela comunicação social chocou tanto a opinião pública.

Para se poder ficar com uma ideia da receita perdida pelo Estado devido a este benefício fiscal que o Estado concede às empresas, construiu –se o quadro V, que se apresenta seguidamente, com dados oficiais do Ministério das Finanças onde consta os prejuízos fiscais das empresas que foram deduzidos no período 1999-2002, e os prejuízos acumulados pelas empresas neste mesmo período que serão deduzidos nos anos futuros logo que tenham lucros.

**QUADRO V- Benefícios e Prejuízos deduzidos na Matéria Colectável sujeita a IRC**

DESIGNAÇÃO	MILHÕES DE EUROS				TOTAL
	1999	2000	2001	2002	Milhões €
Prejuízos Fiscais deduzidos	2 021	1 927	1 798	1 627	7 373
Benefícios Fiscais deduzidos	1 973	3 084	1 869	696	7 622
<b>PREJUÍZOS E BENEFÍCIOS DEDUZIDOS</b>	<b>3 994</b>	<b>5 011</b>	<b>3 667</b>	<b>2 323</b>	<b>14 995</b>
<b>PREJUÍZOS PARA EFEITOS FISCAIS</b>	<b>5.234</b>	<b>8.168</b>	<b>9.763</b>	<b>16.729</b>	<b>39 894</b>

**FONTE: Direcção dos Serviços de IRC – Ministério das Finanças**

No período 1999-2002, como mostram os dados do Ministério das Finanças constantes do quadro V, foram deduzidos na matéria colectável das empresas sujeitas a IRC, 14.995 milhões de euros (prejuízos + benefícios fiscais) que assim deixaram de pagar IRC. Se tivessem pago a taxa média que vigorou neste período – 32% - o Estado teria arrecadado mais 4.798 milhões de euros de receita fiscal.

Para além disso, os dados oficiais do quadro V mostram também que, no mesmo período, as empresas acumularam 39.894 milhões de euros de prejuízos fiscais, que poderão ser descontados nos lucros que eventualmente tenham nos próximos 6 anos, o que significará uma perda de receita fiscal que avaliamos 9.973,5 milhões de euros, considerando a taxa de IRC de 25% que vigorará a partir de 2005, pois a anterior era de 30%, o que determinava uma perda de receita mais elevada.

Se somarmos a receita fiscal que o Estado perderá no futuro devido a estes 39.894 milhões de euros de prejuízos que poderá rondar os 9.973 milhões de euros (taxa de IRC de 25%) mais aquilo que já perdeu devido aos 7.373 milhões de euros já deduzidos como revelam os dados do quadro, que deve corresponder a 2.307 milhões de euros, conclui-se que só os prejuízos constantes do quadro V deverão determinar para o Estado uma perda de receita que estimamos em 12.280 milhões de euros (2.462 milhões de contos).

É evidente que, face a valores de perda de receita com esta dimensão, os 285,3 milhões de euros perdidos anualmente devido aos benefícios fiscais concedidos a nível de PPR, CPH e PPA têm um significado muito reduzido, e o que se pretende é mexer numa árvore para que a opinião pública não veja a floresta de benefícios fiscais que se pretendem continuar a manter.

## A EVASÃO E A FRAUDE À SEGURANÇA SOCIAL AUMENTOU QUANDO BAGÃO FÉLIX FOI MINISTRO

Tal como acontece agora, Bagão Félix quando tomou posse do cargo de ministro do Trabalho e da Segurança Social, também prometeu combater com firmeza a evasão e a fuga ao pagamento de contribuições e descontos à Segurança Social.

No entanto, o que depois verificou-se foi precisamente o contrário. Efectivamente as receitas perdidas pela Segurança Social durante o tempo que Bagão Félix foi ministro foram bastante superiores ao do período igual imediatamente anterior.

O quadro VI que se apresenta seguidamente, que contém os resultados de cálculos que fizemos a partir de dados oficiais, mostra a evolução verificada durante o período em que Bagão Félix esteve à frente da Segurança Social.

**QUADRO VI - Receita perdida pela Segurança Social devido fraude, evasão, não pagamento e isenções – Milhões de euros**

ANOS	REMUNERAÇÕES PAIS Milhões euros	REMUNERAÇÕES PAIS ( sem Função Pública e Outros) Milhões euros	CONTRIBUIÇÕES que a Segurança Social devia receber Milhões euros	CONTRIBUIÇÕES recebidas pela Segurança Social Milhões €	RECEITA PERDIDA Milhões €	RECEITA PERDIDA % PIB
1999	40.307,6	28.201,8	9.800,1	8.030,6	1.769,5	1,6%
2000	42.420,5	29.355,9	10.201,2	8.763,8	1.437,4	1,2%
2001	47.632,1	33.163,4	11.524,3	9.687,2	1.837,1	1,5%
2002	51.244,8	36.008,2	12.512,8	10.138,1	2.374,7	1,8%
2003	52.371,1	36.796,9	12.786,9	10.623,4	2.163,5	1,7%
2000/01	Ferro Rodrigues/	Paulo Pedroso	21.725,5	18.451,0	3.274,5	1,4%
2002/03	Bagão Félix		25.299,8	20.761,5	4.538,3	1,7%

FONTE: Remunerações País: BOLETIM ECONÓMICO – Junho de 2004 – Banco de Portugal  
Remunerações da Função Pública : RELATÓRIOS DA CGA : 1999-2003  
Contribuições recebidas pela Segurança Social : CGE – 1999-2003

E as conclusões que se tiram, com base nos dados do quadro anterior, são as seguintes:- Considerando o período 1999 – 2003, a Segurança Social perdeu, devido à fraude, à evasão, à não cobrança, a isenções, multiplicidade de taxas, etc., receitas avaliadas em 9.582,3 milhões de euros (1.921 milhões de contos), portanto em apenas 5 anos.

E esta perda de receita, no lugar de diminuir, até aumentou no período em que Bagão Félix foi ministro da Segurança Social.

*Se consideramos do quadro anterior apenas os dados referentes ao período 2000-2003 para podermos estabelecer comparações, concluímos o seguinte.*

No período 2002-2003, em que esteve em funções Bagão Félix como ministro, a Segurança Social perdeu receitas avaliadas em 4.538,3 milhões de euros (1,7% do PIB), enquanto nos dois anos anteriores tinha perdido receitas avaliadas em 3.274,5 milhões de euros (1,4% do PIB), ou seja, com Bagão Félix a evasão e a fraude cresceu em cerca de 38,5% (mais 1.263,8 milhões de euros em apenas dois anos). Os comentários são desnecessários.

**Eugénio Rosa**  
Economista  
[edr@mail.telepac.pt](mailto:edr@mail.telepac.pt)  
Tel. 91 7 576 313